



**SEGURANÇA /** Governo federal anuncia Carteira de Identidade Nacional (CIN), que será emitida a partir de agosto em sete estados e no DF. Com mais itens antifraude, passaporte começa a ser confeccionado em setembro



Páginas internas do novo passaporte, anunciado pelo governo federal, apresentam mais marcas d'água para dificultar a falsificação; capa do documento, válido por dez anos, traz estilização da bandeira nacional

# Novas identidades

» INGRID SOARES  
» VICTOR CORREIA

O governo federal lançou ontem, em cerimônia no Palácio do Planalto, o novo modelo do passaporte e entregou as duas primeiras unidades da nova Carteira de Identidade Nacional (CIN). A CIN será emitida a partir de 4 de agosto em um único modelo, independentemente do estado onde for produzida, e terá o CPF como número único de identificação. Atualmente, um único cidadão pode ter até 27 números de RG, um em cada estado e no Distrito Federal. O lançamento da nova carteira de identidade ocorreu em fevereiro.

A partir de 4 de agosto, os brasileiros que já possuem CPF e são moradores do Acre, Pernambuco, Goiás, Distrito Federal, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, poderão solicitar a CIN ao Instituto de Identificação da respectiva unidade federativa. Os demais estados estarão aptos a emitir o novo modelo até março de 2023.

Segundo o governo, o documento permitirá a fácil identificação de pessoas com necessidades

especiais. A substituição dos documentos de identificação será feita de forma gradual e gratuita. A versão atual da cédula de identidade continua válida até 2032.

Segundo a Secretaria-Geral da Presidência da República, a CIN terá duas versões: uma física e uma digital. A física, em papel (gratuita) ou em plástico, é a forma de assegurar cidadania aos brasileiros que não possuem acesso à internet, smartphones ou computadores. Já a versão digital poderá ser obtida pelo aplicativo Gov.Br, mas somente após a emissão da carteira física.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, foi um dos primeiros a receber a nova carteira de identidade. “O Brasil recebeu a classificação digital do melhor governo digital das Américas no ranking do Banco Mundial. E de sétimo melhor governo digital do mundo e maior governo digital das Américas, à frente de Estados Unidos e Canadá”, afirmou, durante o evento de lançamento.

A CNI vem com um QR Code, que pode ser lido de forma rápida pelo celular de qualquer cidadão. Essa medida ajuda a verificar a autenticidade do documento, além de saber se foi furtado ou extraviado.



Apresentação da nova carteira de identidade em cerimônia no Palácio do Planalto: documento nacional

“A partir das mudanças, a identidade será o documento mais seguro do Brasil e um dos mais seguros do mundo”, informou a Secretaria-Geral da Presidência.

## Passaporte

O novo passaporte brasileiro é temático e homenageia todas as regiões do Brasil por meio de ícones representativos. Na capa, a

novidade é a estilização da Bandeira Nacional em relevo seco timbrado na lateral direita da caderneta. Já nas páginas numeradas, houve o aumento substancial do número de marcas d'água, passando de uma para 13 ilustrações diferentes dos biomas e da cultura de cada local, como a Amazônia, Cerrado, Caatinga, Pantanal e Pampas.

Há ainda os fundos invisíveis fluorescentes. Antes, apenas o

número da página variava sob exposição a luz ultravioleta. Já na página de identificação, foi adicionada uma imagem fantasma da foto do cidadão em preto e branco, além de uma imagem da foto formada por dados biométricos do portador.

“Além de moderno, o novo passaporte traz mais itens de segurança, pois alguns foram inseridos e outros atualizados”,

explicou o ministro da Justiça e Segurança Pública, Anderson Torres. Os dispositivos foram idealizados numa parceria entre a Casa da Moeda, Polícia Federal e Ministério das Relações Exteriores, levando-se em conta o que há de mais moderno no mundo em tecnologia antifraude.

A ICAO (International Civil Aviation Organization), instituição das Nações Unidas que padroniza documentos de viagem, recomenda que o passaporte seja trocado a cada 10 anos. Os itens de segurança do documento brasileiro são os mesmos desde 2006.

A Secretaria-Geral da Presidência da República informou que, em relação ao valor, não houve alteração em relação aos procedimentos para emissão. O passaporte brasileiro, comparado aos demais, apresenta um dos melhores custos-benefícios do mundo. O preço médio mundial dos passaportes está na faixa de R\$ 471 a R\$ 628. Já o do Brasil continua no valor de R\$ 257,25.

O novo modelo começa a ser produzido em setembro de 2022, quando se comemora o bicentário da Independência do Brasil. O prazo de validade do passaporte é de 10 anos.

## REGULAMENTAÇÃO

# Quando a música faz bem à saúde

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) da Câmara dos Deputados deve votar hoje um projeto de lei para regulamentar a atividade profissional de musicoterapia no Brasil. O PL 6.379/2019 é de autoria da deputada federal Marília Araes (Solidariedade-PE) e visa estabelecer critérios e formação para se exercer a atividade.

Com o texto, apenas profissionais com graduação ou pós-graduação lato sensu poderão exercer a profissão, além daqueles que comprovarem pelo menos cinco anos de atuação na área anteriormente à aprovação do PL. O projeto aguarda votação na CTASP desde agosto de 2021, e já foi retirado de pauta três vezes.

A profissão de musicoterapeuta é reconhecida na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), e é também reconhecida pelo Sistema Único de Assistência Social (Suas) e pelo Sistema Único de Saúde (Sus). Além disso, a graduação na área é oferecida em quatro universidades públicas e em três particulares no Brasil, de

acordo com a União Brasileira de Associações de Musicoterapia (Ubam).

Atualmente, sem a regulamentação, a atividade pode ser exercida por profissionais que não estão devidamente qualificados, prejudicando a saúde dos pacientes. “No senso comum, a música só faz bem. É difícil as pessoas pensarem que a música pode fazer mal”, disse ao **Correio** a presidente da Ubam e professora da graduação em Musicoterapia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Marly Chagas. “O trabalho tem objetivos terapêuticos, com participação, com a parte social, só com a música não dá. O musicoterapeuta tem que ser um terapeuta. Tem que ter teorias e técnicas próprias.”

O PL 6.379/2019 cita que o uso incorreto da musicoterapia pode causar “danos psicológicos, físicos, fisiológicos e relacionais”. Marly complementa ainda que a profissão, como outras da área da saúde, deve ser o princípio da beneficência: maximizar o benefício e minimizar o prejuízo.

“Se eu atendo uma pessoa

autista, uma pessoa depressiva, tenho que usar aquele instrumento musical que eu tenho para fazer o maior bem possível. Não é só alegar, isso é algo que o músico sabe muito bem fazer”, conta Marly. Segundo ela, o musicoterapeuta precisa saber trabalhar com as emoções e com o efeito que a música tem no paciente, como o despertar de uma memória em um paciente com Alzheimer, ou de uma emoção forte.

## Desenvolvimento

Uma das principais aplicações da musicoterapia, e com maior base de conhecimento científico, é no tratamento do Transtorno do Espectro Autista. Maria, mãe de Pedro, 7 anos, afirma que viu grande melhoria no quadro de seu filho com a terapia. Pedro foi diagnosticado com o transtorno por conta do atraso de fala e da ecolalia — a repetição de frases inteiras ou palavras.

Segundo ela, seu filho iniciou a musicoterapia aos quatro anos de idade, e teve melhoras consideráveis na área de comunicação e

socialização. “Ele começou a gostar tanto de música que, na escola, gosta de se apresentar, de dançar, de cantar. Isso foi essencial para o desenvolvimento dele”, conta Maria.

A musicoterapia de Pedro foi iniciada por Isabella Campos, membro atual e ex-presidente da Associação de Musicoterapia do Distrito Federal (AMT-DF). Ela defende que a formação é muito importante para a atividade profissional e afirma que a regulamentação pode ajudar a dar suporte a pacientes que porventura sejam prejudicados pela má prática da musicoterapia.

“A partir de 2017, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) liberou cursos de nível superior a distância. Há muitos cursos com autorização para fazer musicoterapia, mas não incluem professores da área, não têm estágio, não têm supervisão”, alerta Isabella. “Tudo isso põe em risco a saúde do paciente. A formação é muito completa e rigorosa, no sentido de estar atento à parte emocional, psicológica, física, e sobre como se usa corretamente essa metodologia”, acrescenta. (VC)

Marcel Chagas



Marly Chagas, presidente da Ubam: regulamentação protege pacientes